

03.08.2019

mesa 6

10h30 - 12h00

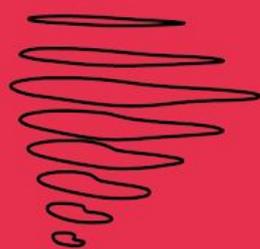
Saneamento e Saúde

coordenação
Isabela Soares e
Marcos Montenegro
mediação
Edson Silva

CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA PARA AVANÇAR NAS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE NO TERRITÓRIO DO DF METROPOLITANO

Resultado dos Encontros das
Coordenações Temáticas do Núcleo
Br Cidades DF Metropolitano

PRACA DO POVO



br
cidades

Projeto Br Cidades
Núcleo DF Metropolitano
distritofederal@brcidades.org
Brasília . maio de 2019

6.

SANEAMENTO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE, CAMPO/CIDADE, AGROECOLOGIA E ALIMENTAÇÃO

Participantes: Liza Andrade, Percy Coelho, Joana Tanure, Ricardo Neder, Jorge Machado, Demetrios Cristofidis, Claudia Oliveira, Alinne Marques, Tauana Ramthum do Amaral, Cecília Sampaio, Vânia Loureiro

INTRODUÇÃO

A ocupação urbana e o uso do solo alteram os ciclos da natureza e seus serviços ambientais, criando ambientes com pouca qualidade de vida, onde a vulnerabilidade aumenta proporcionalmente às desigualdades sociais. Essa tendência é global e está presente no território do Distrito Federal, que tem sua ocupação urbana dispersa, com grandes contrastes sociais, e expansão acelerada em meio ao Bioma Cerrado. Esses fatores, assim como as alterações climáticas em escala global, fazem convergir para o território importantes questões ambientais, como as que estão reunidas neste Tema 06: saneamento, a saúde e meio ambiente, a relação campo-cidade, a agroecologia e a alimentação.

Agenda 2030 da ONU no seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis” tem como objetivo principal “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Recomenda que os governos locais devem promover uma articulação sólida com as agendas internacionais, nacionais e locais. O ODS 6 “Água Potável e Saneamento” tem como objetivo principal assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos e alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos e todas.

A gestão da água dentro do ambiente construído requer uma implementação e avaliação de ações que promovam a preservação de recursos hídricos com justiça social e ambiental bem como compreender o que é uma ocupação ecologicamente sustentável, abrangendo o contexto socioeconômico do planejamento do uso do solo (incluindo a questão cultural das comunidades). Significa integrar políticas e planejamento do uso do solo e preservação ambiental, transporte, energia, dinâmica da população e seus resíduos com gestão, proteção e conservação do ciclo urbano

da água, que fazem parte da infraestrutura ecológica do saneamento. Isto garante uma gestão da água urbana ou “governança”, sensível aos ciclos hidrológicos e ecológicos naturais.

O Distrito Federal não está adequadamente sensibilizado para enfrentar as mudanças climáticas, como a tempestade que ocorreu no dia 21 de abril de 2019, no aniversário da cidade. Se por um lado as tempestades do mês de abril causaram inundações pela cidade, por outro deixaram os reservatórios de água do DF em situação bem favorável, operando com quase 100% de sua capacidade. Paradoxalmente, em janeiro de 2017, em plena estação chuvosa, os reservatórios chegaram a operar com 20% da capacidade, obrigando o Governo do Distrito Federal - GDF decretar situação de emergência hídrica no Distrito Federal e impondo à população o racionamento de água.

Segundo o relatório da ANA “Conjuntura dos Recursos Hídricos Brasil 2017”, nos últimos 16 anos, não houve um planejamento e execução de obras estruturantes de saneamento em Brasília. Além dos efeitos das mudanças climáticas, a cidade planejada para automóveis, vem sofrendo com a degradação ambiental, assoreamento de mananciais e nascentes com sistemas de drenagem urbana ultrapassados, excessiva impermeabilização do solo, construção de novas vias e viadutos, com pouca atenção aos impactos ambientais de cada ação. Além disso, as possibilidades de novas expansões urbanas em áreas sensíveis, como os Projetos da Terracap na Serrinha do Paranoá, região produtora de água na Bacia do Paranoá, mostram que mesmo com a crise hídrica, os governos não apreenderam os efeitos de projetos como esses.

Por falta de uma política habitacional efetiva para a classe de renda mais baixa, e o alto custo de terrenos, que impossibilita o acesso à moradia em regiões centrais, as ocupações urbanas periféricas incidem sobre áreas rurais ou de preservação ambiental, denominadas “desordenadas” pelo governo. Com ligações “clandestinas” de água, não recebem os serviços de saneamento devido a ausência de regularização, gerando impactos na saúde dessas populações e dos ecossistemas.

O GDF elaborou o Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica no Distrito Federal em 2017 com ações emergenciais e também iniciativas de médio e longo prazos visando afastar o colapso no abastecimento de água. Ocorre que tais ações ainda estão distantes de uma visão mais integrada para reestabelecer o ciclo da água urbano. Diante de tal cenário, é tangível a necessidade de se repensar o sistema de captação e abastecimento hídrico da cidade, porém com soluções descentralizadas de baixo custo e menos impacto socioambiental, de forma a incorporar novas soluções ecologicamente e economicamente sustentáveis.

O momento político pelo qual o país está passando é oportuno para reflexões e análises sobre os aprimoramentos necessários e desafios a serem superados, quanto ao retrocesso da agenda ambiental neste governo, a possibilidade de

privatização dos serviços de saneamento com a MP do Saneamento 868/18, que visa alterar o marco legal do saneamento básico no país, e a situação de crise hídrica em várias regiões do Brasil. Em 2018, O Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA 2018, aconteceu paralelamente e em contraponto ao Fórum Mundial da Água, uniu diversos movimentos sociais, povos originários e academia, para ressaltar a necessidade e importância do acesso democrático à água pelas populações, fortalecendo o controle social das fontes de água na luta contra as privatizações dos mananciais, bem como dos serviços públicos de água e saneamento.

O acesso à água deve ser assegurado para fornecimento a todas e a todos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural, de gênero ou etnia. A Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 64/292) reconheceu explicitamente o direito humano à água e ao saneamento em 2010, enfatizando que ambos são essenciais para a sobrevivência dos seres humanos. O ONDAS, Observatório Nacional do Direito à Água e ao Saneamento, criado após o FAMA em 2018, tem como objetivo principal lutar pela universalização do acesso aos serviços de saneamento básico. Seu estatuto visa promover a articulação e integração das ações do ONDAS com os movimentos sociais e populares e as instituições voltadas às lutas pelo direito às cidades justas democráticas e sustentáveis, por reforma urbana, reforma sanitária, reforma agrária, defesa do meio ambiente e gestão das águas, com vistas a fortalecer a construção de um projeto de nação democrática, soberana, igualitária e justa do ponto de vista socioambiental.

Nesse sentido, é importante ressaltar que de acordo com os dados da ADASA, baseados na PDAD 2013, menos de 86% da população do Distrito Federal contam com esgotamento sanitário, mantendo ainda pouco mais de 14% da população sem o serviço de esgotamento. Além do esgotamento sanitário, que é um dos 4 aspectos do saneamento básico, no DF é essencial que se monitore a gestão dos resíduos sólidos, que tem o seu 1º Aterro Sanitário inaugurado em Jan/2017, e com 2 anos de operação, houveram reportagens na mídia local sobre vazamentos de chorume no Rio Melchior. Além disso, o efetivo fechamento do Lixão da Estrutural, que deixou de receber em Jan/2018, resíduos sólidos urbanos, mas ainda recebe resíduos da construção civil. E tão importante quanto isso, a integração dos catadores de materiais recicláveis que antigamente trabalhavam em condições insalubres no Lixão, e agora atuam em galpões de forma integrada no serviço público de limpeza urbana.

Muitos avanços foram alcançados com os Comitês de Bacias Hidrográficas, no entanto, o processo regulatório para concepção de políticas públicas e arranjos institucionais precisam ser revistos, bem como os recursos mobilizados e a articulação envolvendo atores-chaves no Estado, nos mercados, nas corporações e na sociedade civil. Uma das macro-diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos do Brasil PNRH (Lei nº 9.433/1997) e da Lei que regulamenta diretrizes para o saneamento básico (Lei nº 11.445/2007) é criar as bases para ampliar e democratizar as discussões sobre a temática água e saneamento básico,

estimulando o permanente diálogo entre diferentes saberes – científico-tecnológico, filosófico, popular, biorregional ou tradicional - uma vez que a construção do conhecimento é um processo que envolve multiplicidade de atores e componentes. A transição na política das águas, capaz de integrar a gestão dos múltiplos usos, é qualificada como transição sociotécnica, que vai além do saber tecnológico, das redes técnicas, com a ampliação da participação da sociedade, não somente nos comitês de bacia hidrográfica.

A Coordenação Temática 06 envolve desafios como a construção de uma agenda urbana sensível às águas e ao ecossistema do Cerrado, com sua biodiversidade e suas bacias hidrográficas, de forma socialmente inclusiva e com processos de planejamento mais participativos e integradores de diferentes atores e instituições, assim como o reconhecimento das produções locais e dos povos tradicionais do território. Para todos esses fatores, falta ainda preencher grandes lacunas de informações e de produção de ações concretas endereçadas a superação dos problemas. Neste sentido, o grupo de trabalho reuniu um conjunto de questões relacionadas ao tema 06 a partir dos eixos “Análise de Conjuntura”, “Objetivos” e “Ações Táticas”. Foram considerados aspectos sociais, institucionais, técnicos, ecológicos e econômicos, e também a possibilidade de estabelecer pontes entre essas questões de forma integradora e sistêmica. O levantamento não pretende ser exaustivo, mas agregador e representativo das múltiplas variáveis que envolvem as questões apresentadas.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Redução da capacidade de atuação do estado frente aos problemas e necessidades da sociedade. O planejamento do território e seus instrumentos de operação não se encontram efetivamente integrados à participação social e a promoção do meio ambiente saudável;
- As Mudanças climáticas e o desmatamento do Cerrado no DF alteram a precipitação de chuvas e o regime hídrico;
- Os problemas da cidade não são bem compreendidos pela sociedade em suas relações de causa e efeito. São exemplos, a crise hídrica, a influência da forma da cidade no meio ambiente, na saúde, na mobilidade, bem como o provimento de serviços essenciais na cidade informal, assim como é feito na cidade formal;
- O Zoneamento Ecológico e Econômico ainda não é compreendido pela população, mostrando que é essencial que o ZEE seja construído de forma integrada nos territórios, com participação e contribuições de atores locais;
- Necessidade de assessoria técnica para incluir a participação social nos processos de planejamento do território. As audiências públicas não contribuem de forma efetiva para o entendimento dos planos e participação da sociedade.

- Os projetos de habitação social e saneamento são desenvolvidos “de cima para baixo” e não contemplam iniciativas da comunidade. Deveriam incorporar os atores locais no projeto e construção , bem como no desenvolvimento de tecnologias sociais a serem apoiadas pelo poder público;
- O aterro sanitário e das estações de tratamento de esgoto centralizadas, são modelos de tratamento ultrapassados, havendo a necessidade de expandir as soluções para alcançar a universalização do saneamento à população;
- A nova Lei 13465 dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e desconsidera a ordem urbanística e a preservação do meio ambiente, dispensa a provisão de infraestrutura pelo poder público, favorecendo à grilagem e a consequente expulsão dos moradores de baixa renda;
- Falta de acesso ao lazer e áreas verdes, bem como acesso a saneamento básico e serviço de limpeza urbana para a população de baixa renda;
- Necessidade de fortalecimento de políticas sociais distributivas, redistributivas, integrativas, nos quesitos ambientais, dos direitos LGBT, dos povos originários, quilombolas e dos afrodescendentes;
- A MP do Saneamento 868/18 em tramitação no Congresso, altera o marco legal do saneamento básico no país. Altera as competências da Agência Nacional de Águas (ANA) envolvendo não só o gerenciamento dos recursos hídricos, mas também a regulação do saneamento básico. Na proposta da MP, o serviço de saneamento seria feito por processo licitatório de cada município isoladamente, com maior abertura para o investimento privado, podendo encarecer o serviço;
- Estímulo ao transporte individual por parte das políticas públicas, contribuindo para o aumento de rodovias, vias, viadutos e pontes, causando impactos ambientais e distorções dos fluxos de água nas bacias hidrográficas.
- Em Brasília há uma situação conflituosa entre os impactos sonoros e a vitalidade urbana na “Lei do Silêncio”.
- A qualidade das informações referentes a conservação do meio ambiente e recursos naturais difundidas nos meios de comunicação é confusa e de baixa credibilidade.

OBJETIVOS

- Promover alternativas que enfrentem as tendências crescentes de desconstrução dos direitos e conquistas sociais;
- Promover o reconhecimento da função social da cidade e das funções ecológicas do território, especialmente quanto a produção de água, em contraponto ao “marketing verde” utilizado para aprovar e licenciar projetos sem os estudos social ambiental adequados, como exemplo o Bairro Noroeste em Brasília;

- Dinamizar os processos de planejamento local, reconhecendo os seus padrões e acontecimentos como base a ser considerada na macro escala do território;
- Incentivar as relações entre grupos técnicos, sociais e institucionais como forma de promover ações de ordenamento territorial para o desenvolvimento social, econômico e territorial resiliente, em sintonia com a natureza.
- Construir análise e integração dos instrumentos de planejamento territorial de forma interdisciplinar, transversal e intersetorial;
- Contribuir para a integração entre planos nos territórios, considerando conservação das paisagens fornecedoras de serviços ecossistêmicos em áreas urbanas e rurais, o microclima, a proteção da biodiversidade, a conservação dos solos, a mitigação da poluição, a produção de alimentos, a recreação e os benefícios imateriais proporcionados pelo contato com a natureza;
- Difundir as soluções de saneamento como orientadoras do planejamento urbano, de forma a atender às políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, assim como o acesso à água e à tecnologias sociais no saneamento;
- Criar um Observatório para subsidiar a análise e o planejamento territorial contemplando as políticas distributivas e redistributivas, as conquistas sociais implantadas e não implementadas, assim como os movimentos socioecológicos no território do DF metropolitano, potencializando a rede sociotécnica;
- Incluir a APA do Planalto Central entre os temas do Observatório.
- Contribuir para a preservação, a integração, e o reconhecimento dos núcleos urbanos e rurais tradicionais e suas áreas demarcadas; assim como os direitos das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, como exemplo, o Quilombo Mesquita e o Santuário dos Pajés.
- Apontar a relação entre os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento de forma harmônica, incluindo questões de participação social, de monitoramento, de fiscalização e do licenciamento ambiental;
- Em zonas de amortecimento das unidades de conservação, contribuir para a consolidação de áreas rurais com a produção agroecológica;
- Reforçar a necessidade de mudança das práticas do paisagismo atual para um enfoque mais ecológico, com espécies nativas e de menor necessidade de manutenção e regas, contribuindo para biodiversidade dos territórios.

AÇÕES TÁTICAS

- A agenda proposta deve ser articuladora e não se colocar como uma substituta a outras agendas. Será contínua, com alterações e revisões conforme resultado de fóruns, encontros, seminários e assembleias.

- Promover o reconhecimento da coordenação temática de Meio Ambiente do BrCidades junto à sociedade, à academia e ao poder público. Criar seminários que integrem órgãos do governo, com apoio das universidades e Fiocruz;
- Estabelecer espaços de diálogo entre saber popular, saber acadêmico e saber institucional. Realização de rodas de conversa com pautas locais e assembleias populares nos territórios, potencializando lideranças locais;
- Promover a compreensão das relações de causa e efeito dos problemas urbanos, com abordagem sistêmica do território e oportunidades de planejar ações táticas nos bairros e a ressignificação do território;
- Propor a transformação de políticas fragmentadas em políticas intersetoriais (transversais) por meio de Novos Arranjos Institucionais – NAI.
- Difundir códigos de linguagem acessíveis e integradores (padrões) no planejamento entre diferentes atores para dar suporte as questões desenvolvidas, como nos planos de bairro.
- Ter no observatório um “radar” para as redes sociotécnicas existentes e novas formas de criação, para promover a gestão participativa integrando as várias dimensões, política, social, ambiental, cultural e econômica;
- Potencializar a informação de Mapas de regiões produtoras de água, como áreas de chapadas e de filtragem das águas zonas úmidas, com possibilidades de oferecer subsídios à gestão ambiental local eficiente dessas áreas.
- Contribuir com subsídios a garantia da segurança hídrica e alimentar-nutricional da população em Brasília e entorno, com assembleias e audiências públicas;
- Difundir o tema da pedagogia do ciclo da água, gestão dos resíduos sólidos e de educação ambiental nas escolas públicas e particulares;
- Elaborar produtos de síntese das ações da Coordenação Temática do Núcleo DF do BrCidades Meio Ambiente, bem como textos acessíveis à população com uma visão mais ampliada e sistêmica do Meio Ambiente que englobe, Saúde, Saneamento, Alimentação, Agroecologia e Relação Cidade-Campo;
- Incentivar instrumentos econômicos de qualidade ambiental associada a gestão fundiária. Por exemplo, tributos progressivos para a área rural degradada e improdutiva e a redução dos tributos das áreas rurais que propiciem a conservação de recursos naturais e produção agroecológica;
- Adotar o conceito de Território Saudável e Sustentável da Fiocruz como possibilidade de integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 6 da Água e o ODS 11 de Cidades e Comunidades Sustentáveis.
- Pensar táticas mais integradas para promover ações que visem o reestabelecimento do ciclo da água na bacia hidrográfica de forma integrada com a SEMA, CAESB, NOVACAP, ADASA e SLU

- Oferecer subsídios de assistência técnica junto às universidades para contribuir na regularização fundiária mais sustentável com estudos sobre as áreas de relevante interesse social no PDOT, ARINE E ARES.
- Promover alternativas, instrumentos e métodos locais de planejamento, onde os territórios podem ser geridos com a contribuição das pessoas, por exemplo por meio de territórios de Extensão das Universidades (graduação e pós-graduação).
- Reconhecer os riscos aos quais estão expostas as lideranças e representações que lidam com conflitos no território.